



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DO
DISTRITO FEDERAL - CTCS**

Memória da reunião extraordinária nº 3

Data e horário da reunião: 16 de setembro de 2015 das 14h30min às 17h: 30min.

Local: Sala de reunião da Casa Civil – Ed. Anexo do Palácio do Buriti – 9º andar.

Pauta:

14h30min – Abertura e informes da Secretaria Executiva;

- Realização de breve Pesquisa Organizacional sobre a Controladoria-Geral (Como a sociedade civil enxerga os trabalhos da CGDF);

- Aprovação da Memória da 3ª Reunião Ordinária;

14h45min – Espaço reservado para debate com o Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal acerca de assuntos relativos à área de atuação;

16h00min – Espaço reservado para debate com o Secretário de Estado de Mobilidade do Distrito Federal acerca de assuntos relativos à área de atuação;

17h30 - Deliberações Finais.

Reunião Presidida por Jovita José Rosa – Presidente do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal, **Coordenada** por Rejane Vaz de Abreu – Secretária Executiva do CTCS e **Organizada** por Bruno Henrique Braga – Diretor de Transparência Institucional SUTGI/CGDF – Hostílio dos Santos Ribeiro Neto – Diretor de Acesso à Informação SUTGI/CGDF – Liliane Barbosa Pereira – Gerente de Monitoramento e Avaliação – SUTGI/CGDF – Patricia Moslaves – Gestora em Políticas Públicas e Gestão SUTGI/CGDF.

Presentes:

Jovita José Rosa (IFC – Titular / Presidente); Sandra Maria Batista (CRC – Titular / Vice-Presidente); Rejane Vaz de Abreu (Secretária – Executiva); Lauro Jurgeaitis (Federação da Agricultura do Distrito Federal – FAPE); Carlos Eduardo de Freitas (Conselho Regional de Economia – CRE); Guilherme Brandão (OSBrasília – Suplente); Emerson Santos de Lima (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE); Mario de Almeida (Associação Brasileira de Imprensa – ABI); João Paulo Amaral Rodrigues

(OAB-DF – Titular); Max Leno de Almeida (DIEESE – titular); Paulo Eduardo Montenegro (FIBRA – Suplente); Vera Lêda Ferreira de Moraes (NCST – Titular); Adelmir Domicio da Silva (CTB – Titular) e Adelmir Araújo Santana (FECOMERCIO – Titular).

Ausentes:

Não estiveram presentes, sem justificativa de ausência, os representantes do DF em Movimento, Caio Marcelo D Abreu Machado Valente e Ney Hugo Jacinto Silva e o representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Eduardo Araújo de Souza.

Justificaram a Ausência: Os representantes da Comissão Permanente da Agenda 21, Davi Silva Fagundes e José Daldegan Júnior e os representantes da Força Sindical, Carlos Alves dos Santos e Zacarias de Assunção.

PRELIMINARMENTE

A Presidente do CTCS, Jovita José Rosa, na condição de Presidente do CTCS, após verificação de quórum, às 14h56min, deu início à reunião dando boas-vindas aos Conselheiros e passando a palavra ao Controlador-Geral Adjunto do Distrito Federal, Renato de Oliveira Alves.

Com a palavra, o Controlador-Geral Adjunto saudou os Conselheiros e agradeceu e apresentou o Secretário Adjunto de Fazenda, João Antônio Fleury Teixeira para dar início à reunião com breve apresentação acerca das medidas apresentadas pelo Governador do Distrito Federal para contenção de gastos e despesas no âmbito do Governo.

Da Apresentação do Secretário Adjunto de Fazenda

O Secretário Adjunto de Fazenda, João Antônio Fleury Teixeira iniciou a explanação acerca da situação financeira do Distrito Federal herdada da gestão anterior apresentando por meio de slides disponibilizadas no sítio do Governo do Distrito Federal.

http://www.df.gov.br/images/agencia_brasilia/2015/09%20-%20Setembro/Apresentacao%20setembro%202015.pdf

Após a apresentação, abriu-se breve espaço para questionamentos dos Conselheiros acerca do assunto tratado.

O Conselheiro Carlos Eduardo – CORECON/DF solicitou ao secretário Adjunto a projeção das despesas antes e após as medidas adotadas. O Secretário Adjunto ficou de encaminhar.

O Conselheiro Max Leno indagou em que momento o equacionamento do problema financeiro será solucionado e se a partir de então o reajuste aos servidores será concedido.

O Secretário Adjunto respondeu que se todo o projeto for aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, além de outras medidas que ainda serão encaminhadas, o problema será equacionado ainda no exercício de 2016, apesar de

não poder afirmar com precisão o mês em que se dará, caso não haja expectativa de receitas frustradas.

Conselheiro Mario de Almeida perguntou se os cargos das secretarias extintas serão absorvidos pelas novas secretarias formadas. Secretário Adjunto respondeu que ajustes de cargos serão feitos.

Conselheiro Lauro Jurgeatis indagou se há previsão de novos incrementos de receita. Secretário Adjunto destacou que as expectativas para 2016 e 2017 são de crescimento negativo. Porém, prevê aumento de arrecadação pelas medidas aplicadas. Lauro argumentou que Brasília é o 2º mercado de tecnologia do Brasil e indaga o que poderia ser feito para melhorar as arrecadações no setor.

O Secretário Adjunto convidou o conselheiro, bem como a entidade a qual representa para debater mais profundamente o tema.

Dando continuidade a presidente do CTCS, Jovita José Rosa, perguntou se o governo possui alguma proposta sobre combate a corrupção e incremento do controle interno. Como resposta o Secretário Adjunto sugeriu convites a SEPLAG e CGDF para tratar sobre os temas questionados, bem como melhoria de gasto e qualidade do investimento.

Do debate com o Diretor do DFTRANS

Após a fala do Secretário Adjunto de Fazenda, João Antônio Fleury Teixeira, a presidente do CTCS convidou o Diretor do DFTRANS, Leo Carlos Cruz, para compor a mesa e iniciar o debate acerca das questões de transporte e mobilidade no Distrito Federal.

O representante do Observatório Social iniciou o debate solicitando as planilhas de custos das empresas de transporte público, a composição de custos e composição das tarifas e informações sobre a organização dos custos. O Diretor do DFTRANS explicou que antes as tarifas eram feitas baseando-se na planilha GEIPOT da empresa brasileira de planejamento de transportes. Todavia, por se tratar de uma base obsoleta para os cálculos atuais, as novas licitações abandonaram o uso da planilha e passaram a se basear no fluxo de caixa das empresas, contemplando todos os custos de mão de obra, impostos, manutenção de veículos e respectivo retorno das operações, para garantir o equilíbrio do contrato. Esclareceu que nas licitações, as empresas participantes apresentam as próprias tabelas de custos operacionais, que são devidamente apreciadas e consideradas exequíveis. Ganha a empresa que apresentar as menores tarifas. Quanto à disponibilização das planilhas de custos, o diretor do DFTRANS informou que devem ser solicitadas à Secretaria de Estado de Mobilidade por ser o órgão responsável.

A presidente do CTCS perguntou se existe alguma planilha com as isenções de passagem, tais como idosos, estudantes e portadores de necessidades especiais.

Esclarecendo o questionamento, o Diretor do DFTRANS respondeu que as empresas apresentam todas as informações nas propostas, inclusive as isenções e os subsidiados. Explicou, ainda, que os estudantes não são isentos, na verdade o estado subsidia os valores das passagens.

O representante da FECOMÉRCIO, Aldemir Santana, indagou sobre o processo de qualificação dos isentos ou subsidiados e destacou que os percentuais de

gratuidade no Distrito Federal são extremamente elevados se comparados a outros Estados da Federação. Léo Cruz respondeu que quem qualifica os estudantes para receberem o benefício é o próprio DFTRANS e que realmente, a média das gratuidades em Brasília gira em torno de 26%, enquanto a média nacional é de 13% a 14%. Ressaltou que será feito recadastramento de todos os beneficiados para averiguação.

Posteriormente, o representante da OAB-DF, João Paulo Amaral, questionou sobre o tempo necessário para a realização do recadastramento. O representante do DFTRANS respondeu que será realizado um mutirão para realização do recadastramento em 60 a 90 dias. João Paulo Amaral solicitou, então, a planilha dos beneficiários de gratuidade para realização de análise e identificação das variáveis, além de possíveis casos de fraude por parte dos cidadãos beneficiados.

O Conselheiro Lauro Jurgeatis solicitou, também, que as planilhas sejam publicadas para o acesso da população e se existe no DFTRANS algum programa voltado para os ciclistas, como a inclusão dos ciclistas. Léo Cruz respondeu que o planejamento das ciclovias no Distrito Federal é de competência da Secretaria de Mobilidade e disse, ainda, que as empresas de ônibus realizam treinamento e círculos de palestras para os motoristas contratados com o intuito de conscientizá-los quanto ao respeito aos ciclistas.

O representante da OAB reiterou a necessidade do convite ao plenário do CTCS do Secretário de Mobilidade para chamamento ao debate e propôs a inclusão acerca da inconstitucionalidade de proibição do aplicativo “UBER”, causa defendida pela Ordem dos Advogados, seccional do Distrito Federal. A vice-presidente do CTCS solicitou que o conselheiro pautasse a solicitação posteriormente.

O Conselheiro Adelmir Santana indagou se a tarifa dos usuários pagantes é diretamente influenciada pelo número de usuários não pagantes. Respondendo o questionamento, o Diretor do DFTRANS explicou que existem dois tipos de tarifas, a tarifa do cidadão pagante e a tarifa técnica, subsidiada pelo governo. Esclareceu que os idosos não pagam, portanto não interferem nos valores tarifários. Informou que o aumento das passagens diminui o subsídio que o Estado repassa às Empresas, mas o valor da tarifa técnica não foi alterado pelo aumento. Ressaltou que a tarifa técnica é ajustada anualmente.

Conselheiro Adelmir Santana finalizou a reunião dizendo que em grande parte do país o valor que as empresas de transporte público recebem dos usuários pagantes é suficiente para cobrir o custo total das empresas.